



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

25 de Setembro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.ª da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180 / (+351) 217967041
Gab CMD: (+351) 210405189
gab.emb@embangolapt.org



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

Presidente João Lourenço discursa em evento de alto nível em Nova Iorque.

O Presidente da União Africana discursou, hoje, em Nova Iorque, num evento de alto nível para promoção da quarta década de desenvolvimento industrial do continente.

O encontro promovido pela UNIDO, agência especializada das Nações Unidas, colocou múltiplos responsáveis africanos de vários escalões (ministros, essencialmente) a exprimirem os pontos de vista sobre o que há a fazer para que o continente chegue mais depressa ao desenvolvimento industrial.

Eis o discurso na íntegra:

“Excelentíssimo Senhor Gerd Müller, Director da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial;

Minhas Senhoras, Meus Senhores.

Foi com profunda honra que aceitamos o convite que nos foi endereçado pelo Director-Geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Sua Excelência Gerd Müller, e pelo Presidente da Comissão da União Africana, Sua Excelência Mahamoud.

Ali Youssef, para proferir este discurso de abertura no Evento Paralelo de Alto Nível para a Promoção e Advocacia da Quarta Década de Desenvolvimento Industrial para África,

IDDA IV, que decorre em paralelo com a 80ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A Terceira Década para o Desenvolvimento Industrial de África, que foi proclamada em Julho de 2016 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, terminou este ano e é natural que, no âmbito desta reunião de Alto Nível, procuremos fazer reflexões que ajudem a projectar iniciativas para os próximos dez anos, em que fiquem reflectidas as mesmas preocupações da União Africana, destinadas a acelerar o desenvolvimento industrial de África.

Devo recordar aqui com um grande apreço que, na sua elaboração, o IDDA integrou a Declaração sobre a criação da Zona de Comércio Livre Continental Africana, ZCLCA, que se tornou já num dos marcos mais emblemáticos do nosso percurso comum.

Hoje, com a adesão de 54 países e a ratificação por 49 Estados, a ZCLCA representa o maior espaço de comércio livre desde a criação da Organização Mundial do Comércio, sendo importante considerar-se que a sua implementação tem potencial para aumentar o comércio intra-africano entre 15% a 25%, criando maiores oportunidades de exportação, maior valor acrescentado industrial e serviços diversificados.

Excelências,

A experiência acumulada durante a Primeira e a Segunda Década do Desenvolvimento Industrial para África, respectivamente 1980-1990 e 1993-2002, demonstrou-nos que a industrialização é condição indispensável para a autosuficiência e autossustentação.

Essa herança histórica, somada à experiência da IDDA III, mostrou-nos também que sem infra-estruturas adequadas, sem inovação tecnológica e sem cadeias de valor

integradas, não poderemos alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável, nem a transformação estrutural que ambicionamos.

É oportuno realçar que a Agenda 2063 reconhece claramente a industrialização como motor estratégico da transformação africana assente em pilares como a agroindústria, as PME, o sector privado, as cadeias de valor regionais, a economia verde e a produtividade.

O Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola de África CAADP, lançado em 2003 e reafirmado em 2014, e o exemplo de como a agricultura, que representa ainda 17% do PIB do continente e garante emprego a cerca de 50% da população da África Subsariana, deve estar ligada à industrialização.

Apesar disso, o comércio agroalimentar intra-africano permanece de alguma forma incipiente, sobretudo por comparação com outros continentes, o que traz à evidência a importância da industrialização como chave para desbloquear todo o potencial do sector agrícola e transformá-lo em cadeias de valor regionais fortes.

O tema que nos reúne hoje "Acelerar a Industrialização de África: Mobilização de Alto Nível para o IDDA IV" - é um apelo à acção imediata, pois não podemos esperar mais uma geração para fazer da industrialização africana uma realidade, que só se tornará notória se agirmos todos com vontade política firme, susceptível de garantir estabilidade e confiança, se expressa ao mais alto nível.

É imperioso reconhecer que é indispensável mobilizar-se financiamento inovador, incluindo fundos de capital de risco, títulos de desenvolvimento sustentável e parcerias público-privadas eficazes, associando-se a tudo isso a

capacitação técnica e tecnológica do capital humano, principalmente dos jovens, para que se tornem capazes de assumir a liderança da revolução digital e energética, num contexto em que teremos que promover a integração regional efectiva, capaz de transformar o mercado africano num espaço competitivo, dinâmico e interligado.

Excelências,

Permitam-me, neste ponto, referir a experiência de Angola, onde mantemos uma cooperação de longa data com a ONUDI, consubstanciada no Programa-Quadro celebrado em 2016, centrado no apoio à diversificação económica e no Objectivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 9, que visa construir infra-estruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Não obstante as limitações na execução plena do Programa, dele resultaram iniciativas importantes, como a criação de Parques Industriais Rurais e programas de Substituição de Importações e Promoção das Exportações, que aumentaram a capacidade de produção nacional.

Estamos igualmente a investir em infra-estruturas estratégicas como o Corredor do Lobito, que conecta o Atlântico ao interior do continente e ao mundo, e a expandir zonas industriais e cadeias de valor globais, acções que potenciam Angola como plataforma logística e placa giratória de transformação regional.

Neste quadro, quero sublinhar a realização em Outubro próximo, em Luanda, da Cimeira sobre Financiamento de Infra-Estruturas como Factor de Desenvolvimento de África, iniciativa lançada por Angola em Fevereiro deste ano em Adis Abeba, que se poderá constituir num momento crucial para alinhar investimentos estratégicos e consolidar parcerias

regionais e internacionais, funcionando como prolongamento natural desta mobilização de alto nível que hoje iniciamos aqui em Nova Iorque.

Excelências,

A industrialização africana não é apenas uma opção estratégica, mas sim uma condição essencial para assegurar prosperidade, integração regional e soberania económica dos países do nosso continente que, para ser duradoura, deve alinhar-se com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, garantindo que o progresso económico caminhe de mãos dadas com a justiça social e a preservação ambiental.

O futuro de África, com mais de 1,4 mil milhões de cidadãos, está assegurado com a industrialização do continente, que é o caminho a ser percorrido para se oferecer empregos dignos à juventude, empoderar as mulheres no centro da produção e da inovação e posicionar o continente no coração da economia do conhecimento e da transição energética.

É com esta confiança e com esta determinação que Angola reafirma o seu compromisso em trabalhar lado a lado com a União Africana, com as Nações Unidas, com os bancos de desenvolvimento, com o sector privado e com a sociedade civil, estando empenhada, no concerto das nações africanas, em assumir responsabilidades, criar sinergias e mobilizar recursos que transformem esta visão numa realidade.

Muito obrigado". (J.A.)+++++

Industrialização do continente é condição essencial para assegurar a prosperidade e soberania económica.

O Presidente João Lourenço apontou quarta-feira, em Nova Iorque, Estados Unidos da América, a

industrialização como um dos factores fulcrais para a aceleração do desenvolvimento do continente africano.

Ao intervir na reunião de alto nível sobre a IV Década de Desenvolvimento Industrial de África, realizada à margem da 80.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o Chefe de Estado angolano referiu que a industrialização do continente não é apenas uma opção estratégica, mas sim uma condição essencial para assegurar prosperidade, integração regional e soberania económica dos países da região.

Para que os resultados sejam duradouros nas áreas visadas, o Presidente da União Africana disse ser necessário alinhar este esforço com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, de modo a garantir que o progresso económico caminhe de mãos dadas com a justiça social e a preservação ambiental.

“O futuro de África, com mais de 1,4 mil milhões de cidadãos, está assegurado com a industrialização do continente, que é o caminho a ser percorrido para se oferecer empregos dignos à juventude, empoderar as mulheres no centro da produção e da inovação e posicionar o continente no coração da economia do conhecimento e da transição energética”, declarou o estadista angolano.

O Presidente em exercício da União Africana destacou que a experiência acumulada durante a Primeira e a Segunda Década do Desenvolvimento Industrial para África, respetivamente 1980-1990 e 1993-2002, demonstrou que a industrialização é condição indispensável para a auto-suficiência e a auto-sustentação.

João Lourenço referiu que o estado incipiente em que se encontra, de alguma forma, o comércio agro-alimentar intra-africano, em comparação, por exemplo, com outros

continentes, mostra a importância da industrialização como chave para desbloquear todo o potencial do sector agrícola e transformá-lo em cadeias de valor regionais fortes.

Para João Lourenço, o tema central da reunião de ontem (Acelerar a Industrialização de África: Mobilização de Alto Nível para o IDDA IV)” foi um apelo à acção imediata, na medida em que o continente não pode esperar mais uma geração para fazer da industrialização uma realidade, que só se tornará notória se se agir com vontade política firme, susceptível de garantir estabilidade e confiança e se expressar ao mais alto nível.

Nessa equação, o líder em exercício da União Africana considerou imperioso reconhecer o papel indispensável da mobilização de financiamento inovador, incluindo fundos de capital de risco, títulos de desenvolvimento sustentável e parcerias público-privadas eficazes, associando-se a tudo isso a capacitação técnica e tecnológica do capital humano, principalmente dos jovens, para que se tornem capazes de assumir a liderança da revolução digital e energética, num contexto em que terá, como disse, de se promover a integração regional efectiva, capaz de transformar o mercado africano num espaço competitivo, dinâmico e interligado.

O Chefe de Estado disse que essa herança histórica, somada à experiência da IDDA III, mostrou, também, que sem infra-estruturas adequadas, sem inovação tecnológica e sem cadeias de valor integradas, será difícil alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável, nem a transformação estrutural que o continente ambiciona.

Sobre este particular, João Lourenço realçou que a Agenda 2063 reconhece, de forma clara, a industrialização como motor estratégico da transformação africana, assente

em pilares como a agro-indústria, as pequenas, médias empresas, o sector privado, as cadeias de valor regionais, a economia verde e a produtividade.

Ressaltou que o Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola de África (CAADP), lançado em 2003 e reafirmado em 2014, é o exemplo de como a agricultura, que representa 17 por cento do PIB do continente e garante emprego a cerca de 50 por cento da população da África Subsariana, deve estar ligada à industrialização.

“Devo recordar aqui, com um grande apreço, que na sua elaboração, o IDDA integrou a Declaração sobre a criação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), que se tornou já num dos marcos mais emblemáticos do nosso percurso comum”, recordou João Lourenço.

Hoje, com a adesão de 54 países e a ratificação por 49 Estados, o Presidente em exercício da União Africana fez saber que a ZCLCA representa o maior espaço de comércio livre desde a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), sendo importante, por isso, considerar que a sua implementação tem potencial para aumentar o comércio intra-africano entre 15 e 25 por cento, criando maiores oportunidades de exportação, maior valor acrescentado industrial e serviços diversificados.

“É com esta confiança e com esta determinação que Angola reafirma o seu compromisso em trabalhar lado a lado com a União Africana, com as Nações Unidas, com os bancos de desenvolvimento, com o sector privado e com a sociedade civil, estando empenhada no concerto das nações africanas em assumir responsabilidades, criar sinergias e mobilizar recursos que transformem esta visão numa realidade”, destacou.

Experiência de Angola

O Presidente da República partilhou, no encontro, a experiência de Angola, sobretudo a cooperação de longa data com a UNIDO, consubstanciada no Programa-Quadro celebrado em 2016.

Disse que esta cooperação está centrada no apoio à diversificação económica e no Objectivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 9, que visa construir infra-estruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Não obstante as limitações na execução plena do Programa, João Lourenço informou que dele resultaram iniciativas importantes, como a criação de Parques Industriais Rurais e Programas de Substituição das Importações e Promoção das Exportações, que aumentaram a capacidade de produção nacional.

A par disso, deu a conhecer que o país está a investir em infra-estruturas estratégicas, como o Corredor do Lobito, que conecta o Atlântico ao interior do continente e ao mundo e a expandir zonas industriais e cadeias de valor globais, acções que potenciam Angola como plataforma logística e placa giratória de transformação regional.

“Neste quadro, quero sublinhar a realização, em Outubro próximo, em Luanda, da ‘Cimeira sobre Financiamento de Infra-estruturas como Factor de Desenvolvimento de África’, iniciativa lançada por Angola, em Fevereiro deste ano, em Adis Abeba, que se poderá constituir num momento crucial para alinhar investimentos estratégicos e consolidar parcerias regionais e internacionais, funcionando como o prolongamento natural desta mobilização de alto nível que hoje

iniciamos aqui em Nova Iorque”, destacou o Presidente João Lourenço. (J.A.)++++

Líder da União Africana anuncia reformas no Conselho de Segurança da UA.

O Quadro de Arquitectura de Paz e Segurança da União Africana vai ser revisto para ser mais eficiente e à altura dos desafios com os quais o continente se bate nos dias de hoje.

A iniciativa para a reforma deste mecanismo voltado para a prevenção, gestão e resolução de conflitos em África partiu do estadista angolano, João Lourenço, na qualidade de Campeão da União Africana para a Paz e Reconciliação em África.

Ao discursar, ontem, na reunião do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, a nível dos Chefes de Estado e de Governo, dedicada à questão dos conflitos em África, realizada em Nova Iorque, à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas, João Lourenço disse que o continente dispõe de vários instrumentos normativos que regem, de alguma forma, os processos de paz em África, que requerem um reajustamento para os tornar mais eficientes como mecanismos de apoio aos esforços de pacificação no continente.

“O Presidente da Comissão da União Africana, em consulta com o Campeão da União Africana para a Paz e Reconciliação em África, foi autorizado a nomear um Painel de Alto Nível composto por cinco eminentes peritos africanos para rever o Quadro de Paz e Segurança da nossa organização continental para os próximos quatro meses”, adiantou.

João Lourenço considerou este passo importante e disse estar bastante encorajado pelo trabalho já iniciado pelos

membros deste Painel. Fez saber que esta iniciativa oferece uma grande oportunidade para o Conselho de Paz e Segurança redinamizar a capacidade de prevenção e mediação de conflitos no continente.

“Penso que as conclusões que resultarem das reflexões feitas pelo Painel devem merecer uma apreciação de todos nós até ao fim deste ano, num momento que conviria que ficasse definido nesta nossa reunião”, frisou o Chefe de Estado angolano, referindo-se ao encontro de ontem, subordinado ao tema “Revigorar a Prevenção e Resolução de Conflitos em África”.

Apesar de África ser um continente de esperança, de diversidade e de potencial incalculável, o Presidente em exercício da União Africana referiu que o mesmo é, também, um lugar onde persistem tensões políticas, rivalidades étnicas, disputas de recursos naturais e fragilidades institucionais, que degeneram, de forma frequente, em conflitos armados.

João Lourenço disse que este cenário mina a paz, a estabilidade e retarda o progresso económico e social, além de fragilizar instituições democráticas e provocar a multiplicação de tragédias humanitárias no continente.

“Cada conflito que eclode rouba-nos vidas, destrói economias e compromete o progresso que arduamente temos vindo a conquistar, tornando, deste modo, imperioso que articulemos esforços no sentido de colocarmos a questão da prevenção e a resolução dos já existentes, nas prioridades da agenda de cada país, de cada sub-região e do continente de uma forma geral”, ressaltou.

A materialização deste desiderato, sublinhou o estadista angolano, exige que os países africanos assumam uma postura política construtiva, corajosa e assente, em primeiro

lugar, nos interesses nacionais e nos de África, para realização de esforços convergentes e decisivos no sentido de pôr cobro aos conflitos africanos.

Para o líder em exercício da União Africana, a resolução destes problemas não deve passar apenas pelas constatações, mas por acções firmes e imediatas.

“São demasiados anos de reflexões e debates sobre o mesmo tema sem os resultados que todos nós almejamos e que são possíveis de se alcançar se houver vontade política colectiva e se olharmos, com sensibilidade, para a situação crítica das nossas populações, que clamam de nós iniciativas africanas urgentes, que não dependam de terceiros fora da nossa realidade continental”, aclarou.

João Lourenço disse ser necessário atender o desejo da população africana, que exige pela busca de soluções exequíveis, destinadas a pôr um fim definitivo às guerras que assolam o continente e se consiga, assim, alcançar o tão aguardado desejo do “Silenciar das Armas em África”.

O Presidente da União Africana fez saber que o continente já dispõe de alguns exemplos de iniciativas de resolução local de conflitos, que conduziram à reconciliação e ao restabelecimento da paz em determinados países de África.

Entretanto, disse haver, também, casos em que a descrença ou a hesitação relativamente à capacidade africana de contribuir para a resolução de conflitos deitou a perder, muitas vezes na sua fase derradeira e carregada de esperanças, um quadro de soluções realistas, eficazes e susceptíveis de pôr termo a guerras que, “lamentavelmente”, ainda se mantêm acesas em determinados pontos de África.

“Enquanto não enfrentarmos estes desafios com uma abordagem transformadora e inovadora, estaremos,

seguramente, a fracassar na concretização da Agenda 2030 das Nações Unidas e na Visão da União Africana consagrada na Agenda 2063 nas suas sete aspirações, nos seus programas e projectos emblemáticos”, alertou o líder em exercício da União Africana.

João Lourenço ressaltou que a responsabilidade de transformar este cenário recai, em primeiro lugar, sobre os próprios africanos, mesmo que, para este efeito, tenham de contar, muitas vezes, com o apoio da comunidade internacional, que disse ter também um papel a desempenhar na concretização das iniciativas africanas.

Neste processo de busca de soluções para pôr fim aos conflitos em África, João Lourenço disse ser necessário alcançar uma articulação e uma harmonização mais funcional entre a União Africana, as Comunidades Económicas Regionais e os Mecanismos Regionais.

Esta conjugação de esforços, esclareceu, vai gerar uniformidade no pensamento e na acção, necessários à obtenção de resultados efectivos que alterem positivamente o quadro e as circunstâncias específicas de cada crise política no continente.

Melhorar a Base de Apoio Financeiro

Outra resposta necessária no conjunto das soluções para a pacificação do continente, tal como avançou o Presidente da União Africana, é a melhoria da Base de Apoio Financeiro do continente, para dar suporte à realização dos objectivos preconizados.

Sem este passo, advertiu João Lourenço, nenhum esforço, nenhuma acção e nenhuma iniciativa que se empreender conduzirá aos fins desejados.

“Para isso, impõe-se o reforço das contribuições para o Fundo de Paz Revitalizado da União Africana, destinado a promover uma maior apropriação que nos conferirá mais autonomia nas abordagens e nas perspectivas de solução dos nossos problemas”, frisou.

Todavia, observou o estadista angolano, isso não inviabiliza a necessidade da colaboração e concertação com as Nações Unidas, sobretudo no quadro da implementação da sua Resolução 2719, que traz à evidência o potencial das complementaridades como factor de sucesso das diligências de África.

O Presidente da União Africana disse ser necessário que se intervenha, de forma atempada, de modo a evitar a deflagração de conflitos e o surgimento de problemas que, resolvidos na sua fase embrionária e no momento certo, não degeneraram em situações de proporções dramáticas com consequências graves no plano humanitário, socioeconómico, político e outros.

Destacadas as acções do Conselho de Paz e Segurança da União Africana

Apesar dos desafios de paz e segurança ainda vigentes em África, o Presidente João Lourenço destacou as acções do Conselho de Segurança da União Africana voltadas para o fim dos conflitos.

O Chefe de Estado angolano encorajou o uso dos instrumentos normativos existentes em África para a resolução dos conflitos, como a Bienal de Luanda.

“Eles devem ser utilizados como base para a definição de estratégias que nos ajudem a promover uma cultura de reconciliação, de entendimento entre todos, de diálogo para a abordagem das principais dificuldades que enfrentamos e de

promoção da tolerância, principalmente entre as camadas mais jovens da população africana”, declarou.

João Lourenço destacou, na ocasião, o papel desempenhado por William Ruto, Presidente do Quênia e Campeão da Reforma Institucional da União Africana, pelas medidas que tomou no sentido de implementar a Decisão da 38.ª sessão ordinária da Conferência da União Africana, realizada em Fevereiro de 2025.

O Quadro de Arquitectura da Paz e Segurança Africana (APSA) é um mecanismo central da União Africana (UA) para a prevenção, gestão e resolução de conflitos em África, apoiado pelo Conselho de Paz e Segurança, pela Comissão da UA, Painel de Sábios, Sistema Continental de Alerta Rápido e pela Força de Alerta Africana.

O objectivo do APSA é fornecer à UA e às organizações sub-regionais os instrumentos necessários para intervir activamente em conflitos e promover a paz e a estabilidade no continente, alinhado com a Agenda 2063 da União Africana.

(J.A.)++++

Presidente João Lourenço mantém encontro com Volodymyr Zelensky.

O Presidente da República, João Lourenço, manteve quarta-feira, em Nova Iorque, Estados Unidos da América, um encontro com o seu homólogo da Ucrânia, Volodymyr Zelensky.

O encontro entre os dois Chefe de Estado aconteceu no edifício-sede das Nações Unidas, onde se deslocaram para participar na 80ª sessão da Assembleia Geral. (J.A.)++++

Téte António participa em reunião dos ministros dos negócios estrangeiros da CPLP.

O chefe da diplomacia angolana, Téte António, participou na tarde desta quarta-feira, em Nova Iorque, numa reunião informal dos Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros da CPLP, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Em nota de imprensa, o MIREX esclarece que o encontro realizou-se à margem da 80ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas para concertar posições diplomáticas e tratar de temas estratégicos comuns ligados a esta comunidade lusófono.

No ano passado, a presidência rotativa da CPLP, que estava a cargo de São Tomé e Príncipe, decidiu elevar o formato desse encontro, propondo uma cimeira informal de Chefes de Estado e de Governo dos países-membros da CPLP, durante a semana do debate de alto nível da ONU.

Nessa altura, alguns temas foram apontados como potenciais itens de pauta ou motivações para a reunião, como a realização de balanço do ano da presidência, a análise dos mais recentes acontecimentos político-diplomáticos nos Estados-membros e o alinhamento de posições nos foros multilaterais.

Temas culturais e linguísticos, a discussão da valorização do português e sua relevância global, inclusive a possibilidade de tornar o português na língua oficial da ONU, estiveram igualmente em debate. (J.A.)++++

Líder da União Africana reafirma compromisso com paz no continente.

O Presidente da União Africana, João Lourenço, reafirmou, esta quarta-feira, em Nova Iorque, Estados Unidos da América, o compromisso com a paz como um bem obrigatório e indeclinável para os povos do continente africano.

João Lourenço falava durante os trabalhos da Reunião do Conselho de Paz e Segurança da União Africana a nível de Chefes de Estado e de Governo, que a dirigiu ao fim da manhã desta quarta-feira em Nova Iorque, no edifício sede da Organização das Nações Unidas, cuja sessão decorreu sob o lema “à “Revigorar a Prevenção e Resolução de Conflitos em África”.

Eis o discurso na íntegra:

Excelências Chefes de Estado e de Governo do Conselho de Paz e Segurança da União Africana;

Excelência Mahmoud Ali Youssouf, Presidente da Comissão da União Africana;

Excelência Bankole Adeoye, Comissário da UA para os Assuntos Políticos, Paz e Segurança;

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

É com grande satisfação que me dirijo a Vossas Excelências, na qualidade de Presidente em Exercício da União Africana e na de Presidente do Conselho de Paz e Segurança da União Africana no mês de Setembro, para lhes dar as boas-vindas a esta importante sessão do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, que tem por objectivo abordar a questão dos conflitos em África.

Este encontro representa a oportunidade de reforçarmos compromissos, renovarmos estratégias e reafirmarmos

o nosso foco na questão da paz como um bem obrigatório e indeclinável para os povos do continente africano.

Somos parte de um continente de esperança, de diversidade e de potencial incalculável, mas é também um continente onde persistem tensões políticas, rivalidades étnicas, disputas de recursos naturais e fragilidades institucionais, que degeneram frequentemente em conflitos armados.

Estes não apenas minam a paz e a estabilidade mas também travam, condicionam e retardam o progresso económico e social, fragilizam instituições democráticas e multiplicam tragédias humanitárias no nosso continente.

Estamos todos conscientes dessa realidade, relativamente à qual temos de assumir uma postura política construtiva, corajosa e assente em primeiro lugar nos interesses nacionais e nos de África, para realizarmos esforços convergentes e decisivos no sentido de pôr cobro aos conflitos africanos. Não bastam constatações, é preciso acção firme e imediata.

São demasiados anos de reflexões e debates sobre o mesmo tema sem os resultados que todos nós almejamos e que são possíveis de se alcançar se houver vontade política colectiva e se olharmos com sensibilidade para a situação crítica das nossas populações, que clamam de nós iniciativas africanas urgentes que não dependam de terceiros fora da nossa realidade continental para se buscarem soluções exequíveis, destinadas a pôr um fim definitivo às guerras que assolam o continente e se consiga assim alcançar, finalmente, o Silenciar das Armas em África.

Temos muitos exemplos de esforços desenvolvidos em África entre nós africanos, que tendo podido contar com o envolvimento genuíno das partes em conflito, conduziram à

reconciliação e ao restabelecimento da paz em determinados países do nosso continente.

Mas também há casos em que a descrença ou a hesitação relativamente à capacidade africana de contribuir para a resolução de conflitos deitou a perder, muitas vezes na sua fase derradeira e carregada de esperanças, um quadro de soluções realistas, eficazes e susceptíveis de pôr termo a guerras que, lamentavelmente, ainda se mantêm acesas em determinados pontos de África.

Cada conflito que eclode rouba-nos vidas, destrói economias e compromete o progresso que, arduamente, temos vindo a conquistar, tornando deste modo imperioso que articulemos esforços no sentido de colocarmos a questão da prevenção e a resolução dos já existentes, nas prioridades da agenda de cada país, de cada sub-região e do continente de uma forma geral.

Enquanto não enfrentarmos estes desafios com uma abordagem transformadora e inovadora, estaremos seguramente a fracassar na concretização da Agenda 2030 das Nações Unidas e na Visão da União Africana consagrada na Agenda 2063 nas suas sete aspirações, nos seus programas e projectos emblemáticos.

A responsabilidade de transformar este cenário recai em primeiro lugar sobre nós próprios africanos, mesmo que, para este efeito, tenhamos de contar muitas vezes com o apoio da comunidade internacional, que tem o seu papel a desempenhar na concretização das nossas iniciativas.

Excelências,

É imperioso dizer que este Conselho de Paz e Segurança tem continuado a liderar esforços voltados para a pacificação do continente e, neste contexto, devo destacar um conjunto

de instrumentos normativos, políticos e institucionais, que são ferramentas fundamentais e favorecem a governação democrática, o respeito pelos direitos humanos e a participação cidadã na vida política dos nacionais dos nossos países.

Refiro-me concretamente à Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação, à Arquitectura Africana de Governação, ao Quadro Político Revisto da União Africana para a Reconstrução e o Desenvolvimento Pós-Conflito, ao Mecanismo Africano de Apoio às Transições Políticas Inclusivas e à Declaração sobre as Mudanças Inconstitucionais de Governo em África.

Estes importantes instrumentos, aos quais se juntam a Plataforma Africana de Governação, a Plataforma Inter-Regional de Intercâmbio de Conhecimentos, o Fórum de Abuja, o Fórum de Acra, a Bienal de Luanda e o Fórum de Tana, representam, no seu conjunto, plataformas normativas e de discussão dos vários aspectos que afligem a vida quotidiana do nosso continente.

Eles devem ser utilizados como base para a definição de estratégias que nos ajudem a promover uma cultura de reconciliação e de entendimento entre todos, de diálogo para a abordagem das principais dificuldades que enfrentamos e de promoção da tolerância, principalmente entre as camadas mais jovens da população africana.

Temos muitos desafios e muitos problemas para resolver, de que sobressai o extremismo violento que continua a propagar-se, assim como as guerras civis que estão a ameaçar a integridade territorial, a unidade nacional e a própria existência de alguns dos nossos Estados-Membros.

Enquadra-se, nessa visão, o conflito na Líbia, no Sahel, no Leste da RDC, para falar dos principais, e no Sudão, onde a

intensidade da guerra e a violência que aí se observa, deve merecer, pelos efeitos dramáticos que tem produzido na vida da população, uma atenção muito especial deste Conselho, que tem que procurar agir com consistência e com sentido de urgência em articulação com todas as partes interessadas, no sentido de se abrir rapidamente um quadro negocial sério e consistente, que leve ao entendimento entre os beligerantes e ao fim definitivo dos conflitos.

Excelências,

Temos vários instrumentos normativos que regem de alguma forma os processos de paz, que se desenvolvem dentro de quadros concebidos pela nossa organização continental, mas que requerem um reajustamento para os tornar mais eficientes como mecanismos de apoio aos esforços de pacificação em África.

Neste capítulo, gostaria de dar um grande destaque ao papel desempenhado por Sua Excelência William Ruto, Presidente da República do Quênia e Campeão da Reforma Institucional da União Africana, pelas medidas que tomou no sentido de implementar a Decisão da 38ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana, realizada em Fevereiro de 2025.

O Presidente da Comissão da União Africana, em consulta com o Campeão da União Africana para a Paz e Reconciliação em África, foi autorizado a nomear um Painel de Alto Nível composto por cinco Eminentes Peritos Africanos, para rever o Quadro de Paz e Segurança da nossa organização continental para os próximos quatro meses.

Demos, assim, um passo importante e estou bastante encorajado pelo trabalho já iniciado pelos membros desse Painel, que oferece uma grande oportunidade para o Conselho de

Paz e Segurança redinamizar a capacidade de prevenção e mediação de conflitos no continente.

Penso que as conclusões que resultarem das reflexões feitas pelo Painel devem merecer uma apreciação de todos nós até ao fim deste ano, num momento que conviria que ficasse definido nesta nossa reunião.

Excelências,

Em todo este panorama que referi, ressalta com grande pertinência a necessidade de procurarmos alcançar uma articulação e uma harmonização mais funcional entre a União Africana, as Comunidades Económicas Regionais e os Mecanismos Regionais, para que se consiga uniformidade no pensamento e na acção, necessários à obtenção de resultados efectivos que alterem positivamente o quadro e as circunstâncias específicas de cada crise política a que estamos a fazer face.

Creio estar também bastante claro que nenhum esforço, nenhuma acção, nenhuma iniciativa que empreendamos, nos conduzirá aos fins a que nos propomos, se não melhorarmos a base de apoio financeiro, necessária a dar suporte à cabal realização dos nossos objectivos.

Para isso, impõe-se o reforço das contribuições para o Fundo de Paz revitalizado da União Africana, destinado a promover uma maior apropriação que nos conferirá mais autonomia nas abordagens e nas perspectivas de solução dos nossos problemas.

Isso não inviabiliza a necessidade da colaboração e concertação com as Nações Unidas, sobretudo no quadro da implementação da sua Resolução 2719, que traz à evidência o potencial das complementaridades como factor de sucesso das nossas diligências.

Referi-me anteriormente a algumas plataformas que funcionam no nosso continente e que têm um papel bastante útil no capítulo da diplomacia preventiva, para a qual devemos prestar uma atenção redobrada.

É importante que se intervenha atempadamente, de modo a evitar-se a deflagração de conflitos e o surgimento de problemas que, resolvidos na sua fase embrionária e no momento certo, não degeneram em situações de proporções dramáticas com consequências graves no plano humanitário, socioeconómico, político e outros. (J.A.)++++

Presidente da União Africana reúne-se com Primeiro-Ministro do Sudão.

O Presidente da União Africana reuniu-se, esta quarta-feira, com o Primeiro-Ministro do Sudão, Kamil Idris, em Nova Iorque.

Este encontro constituiu-se no primeiro acto do dia do programa do Presidente João Lourenço nesta quinta jornada da sua missão em Nova Iorque, informou o CIPRA. (J.A.)++++

MUSA reitera aposta em mobilizar militantes.

As Mulheres Servidoras de Angola (MUSA), organização feminina do PRA-JA, promoveram, quarta-feira, no mercado da Uneca, em Cabinda, um acto de massas que visou mobilizar as cidadãs residentes na província, no sentido de se aliarem ao partido fundado por Abel Chivukuvuku. (J.A.)++++

PRA-JA quer convivência pacífica entre os partidos.

O PRA-JA em Malanje defende a coabitação entre as diferentes forças políticas na província, num ambiente pacífico

e harmonioso, referindo que o ambiente que se vive, actualmente, não tem sido o mais saudável. (J.A.)++++

Candidatos do PALMA à presidência do partido.

A Comissão preparatória do IV Congresso do Partido de Aliança Livre de Maioria Angolana (PALMA - Nova Angola) apresentou, em Luanda, os três candidatos à disputa da presidência no IV Congresso Ordinário, agendado para os dias 24 e 25 de Outubro deste ano.

De acordo com informações prestadas em conferência de imprensa, no conclave vão concorrer os candidatos Nelson Faustino Caminha (lista 1), Manuel Fernandes (lista 2) e Faustino Abílio Mango (lista 3).

Segundo o coordenador-geral da Comissão Preparatória do IV Congresso, Miguel Kimbenze, citado pela Angop, a campanha eleitoral, ao nível das 21 províncias, decorre a partir de hoje, seguida da realização do Congresso, que pretende reunir mais de 600 delegados.

Entre os principais pontos na agenda do Congresso, sob o lema “O Novo Começo”, os delegados vão discutir e aprovar o novo nome do partido, nova sigla, nova bandeira e símbolos.

Durante o conclave, far-se-á a revisão do estatuto, bem como o aumento do número de membros do Comité Central, terminologia que também sofrerá alteração.

Miguel Kimbenze avançou, ainda, aos jornalistas, que durante a realização do IV Congresso, os delegados vão discutir e alinhar todas as estratégias, no sentido de definir se o partido vai concorrer sozinho ou por uma coligação nas Eleições Gerais de 2027.

A Comissão Organizadora assegura que o processo eleitoral será conduzido com transparência, respeito pelas

normas estatutárias, com a presença de uma comissão eleitoral independente.

Durante os dois dias, além da eleição do novo presidente do PALMA, vai acontecer a escolha dos membros do novo Comité Central, bem como a apresentação das linhas orientadoras para os próximos cinco anos.

O PALMA foi legalizado em Dezembro de 1994 e faz parte dos membros da Coligação CASA-CE. (J.A.)++++

MPLA fortalece mobilização com angolanos na Namíbia.

O MPLA na República da Namíbia realizou, recentemente, um encontro com os militantes da região de Khomas, acto que reafirmou o compromisso do partido em fortalecer a mobilização política e organizativa junto da comunidade angolana residente. (J.A.)++++

Mais de 1.200 delegados participam no Congresso da UNITA.

Um total de 1251 delegados, em representação das 21 províncias, vai participar no XIV Congresso Ordinário da UNITA, a decorrer de 28 a 30 de Novembro, em Luanda, para a eleição do presidente do partido, tendo em vista o mandato referente ao exercício político 2026/2030, anunciou, quarta-feira, o coordenador-geral do conclave, no Complexo Sovsmo, município de Viana. (J.A.)++++

Von der Leyen agradece diplomacia chinesa para levar Rússia a negociar.

A presidente da Comissão Europeia pediu hoje ao primeiro-ministro chinês que ajude "a pôr fim às mortes e encoraje a Rússia" a negociar o fim da guerra na

Ucrânia, insistindo que "o momento para a diplomacia é agora".

"Manifestei o meu pedido à China para que use a sua influência para ajudar a pôr fim às mortes e encorajar a Rússia a sentar-se à mesa das negociações. O momento para a diplomacia é agora", anunciou Ursula von der Leyen, após uma reunião com o chefe do Governo da China, à margem da Assembleia-Geral da ONU.

Isso, considerou, "enviaria um forte sinal ao mundo".

Durante o encontro, von der Leyen disse ter agradecido a declaração do primeiro-ministro Li Qiang "sobre o interesse quer da Europa, quer da China, em preservar a paz global".*(J.A.)+++++*

Angola fecha contas de 2024 com superavit de 712,6 mil milhões de kwanzas.

Angola encerrou o exercício orçamental referente ao ano de 2024 com um superavit nominal de 712,6 mil milhões de kwanzas e um saldo corrente positivo, segundo o relatório da Conta Geral do Estado.

O documento publicado no site do Ministério das Finanças e citado pela Lusa, destaca que a execução orçamental ficou marcada por uma arrecadação de 25,31 biliões de kwanzas em receitas, acima do previsto, e uma despesa de 24,59 biliões ligeiramente abaixo da dotação inicial.

As receitas correntes, revela o relatório, ascenderam a 17,81 biliões de kwanzas, representando 70% do total, enquanto as receitas de capital somaram 7,50 biliões kwanzas correspondendo a 30%.

Já as despesas, registaram-se 12,34 biliões de kwanzas em despesas correntes (50%) e 12,26 biliões de kwanzas em despesas de capital (50%).

Por outro lado, o relatório da Conta Geral do Estado adianta que o serviço da dívida pública manteve-se elevado.

(J.A.)++++

Greenfield-FCR apresenta investimentos sustentáveis na Expo-Huambo 2025.

O Greenfield - Fundo de Capital de Risco (FCR) vai apresentar dois projectos estratégicos da sua carteira de investimentos sustentáveis durante a Expo-Huambo 2025, evento que decorre de 25 a 29 de Setembro, na província do Huambo.

(J.A.)++++

Angola compra participação minoritária estratégica na De Beers.

Angola apresentou uma oferta totalmente financiada para aquisição de uma participação minoritária estratégica na empresa De Beers, cuja iniciativa insere-se no processo de alienação global promovido pela Anglo American plc, soube, esta quarta-feira, o Jornal de Online.

Segundo um comunicado de imprensa do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, a conclusão deste processo realizado por via da empresa ENDIAMA, está prevista para o final do corrente ano.

“O Governo angolano esclarece que a proposta ora submetida não visa o controlo maioritário da De Beers. Pelo contrário, defende-se a constituição de um consórcio panafriicano, liderado pela indústria, que garanta a independência e

a competitividade internacional da referida empresa”, lê-se na nota.

Para o ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, citado na mesma nota, “Angola acredita que o futuro da De Beers depende da sua continuidade como uma empresa global liderada pelo sector privado”.

Reforçou também que a proposta de Angola visa estabelecer uma parceria significativa entre Angola, Botswana, Namíbia e África do Sul, garantindo que nenhuma parte detenha domínio exclusivo e que a empresa possa evoluir como uma entidade comercial verdadeiramente internacional.

A nota realça que com este passo, a ENDIAMA E.P reafirma a sua disponibilidade para colaborar com governos e investidores privados, com o propósito de assegurar que a De Beers se mantenha como empresa comercialmente independente e competitiva à escala global. (J.A.)++++

FADA e MAFCOM fortalecem parceria.

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) e a empresa MAFCOM celebraram, terça-feira, em Luanda, a assinatura de um Memorando de Entendimento que marca uma nova etapa no impulso à produção agrícola nacional.

Segundo uma nota, o acordo foi rubricado pela PCA do FADA, Felisbela Francisco, e pelo gerente da empresa MAFCOM, Pushpendir Dilipkumar Tewani, consolidando uma parceria estratégica com impacto directo nas comunidades rurais.

Segundo informações do FADA, a parceria visa garantir o escoamento da produção agrícola através da MAFCOM como Fazenda Âncora, criando um mercado seguro e preços

justos para os produtores apoiados pelo FADA, reforçando a sustentabilidade e a competitividade do agro-negócio.

O FADA assume o papel de agente financiador e promotor de capacitação técnica, apoiando pequenos agricultores e infra-estruturas de transformação para aumentar o valor agregado da produção.

A MAFCOM, por sua vez, actuará como empresa agregadora, assegurando a compra e comercialização de produtos como arroz, feijão, trigo, milho, soja, café e cacau, além de prestar assistência técnica e apoio na gestão dos projectos.

O Memorando representa um compromisso sólido em prol da modernização da agricultura, do reforço da segurança alimentar e da valorização da agricultura familiar em Angola.

(J.A.)+++++

Administrador auscultava vendedoras informais.

O administrador municipal da Nharêa, Neves Chissonde, reuniu-se, quarta-feira, com um grupo de vendedoras locais com o objectivo de ouvir as suas preocupações e perceber os principais desafios enfrentados por estas mulheres que asseguram o sustento muitas famílias por meio do comércio informal. (J.A.)+++++

Uíge acolhe Conferência sobre Educação Inclusiva.

Educadores e diferentes actores sociais de todo o país participam, de 24 a 25 deste mês, na cidade do Uíge, capital da província com o mesmo nome, na primeira Conferência Nacional sobre Boas Práticas no Domínio da Educação Inclusiva, com o objectivo de partilhar experiências e aperfeiçoar metodologias para o melhoramento do sistema educativo especial. (J.A.)+++++

OMA doa cesta básica à família carenciada.

A Organização da Mulher Angolana (OMA), no âmbito das suas acções sociais, procedeu quarta-feira, em Malanje, na comuna do Lombe, à entrega de alimentos não perecíveis e vestuário a uma família composta por nove membros. (J.A.)++++

Administração denuncia abate indiscriminado de animais e queimadas anárquicas.

O número reduzido de fiscais ambientais no Parque Nacional do Luengue-Luiana, na província do Cuando, contribui para o aumento de crimes ambientais, com destaque para o abate indiscriminado de diversas espécies de animais e queimadas anárquicas.

O administrador do parque, Veríssimo Fernando, explicou que, actualmente, são controlados 62 fiscais ambientais, um número insuficiente para garantir o asseguramento de uma área com mais de 45 mil e 818 quilómetros quadrados de extensão e a conservação da biodiversidade.

Veríssimo Fernando disse que para o combate cerrado aos caçadores furtivos e outros infractores que realizam queimadas, o Parque Nacional do Luengue-Luiana necessita, no mínimo, de 250 fiscais ambientais.

Para combater e reduzir o índice de crimes, a administração do parque tem promovido acções de sensibilização no seio das comunidades residentes ao redor das áreas de conservação, acrescentando que o abate indiscriminado de animais, principalmente de búfalos, são cometidos, maioritariamente, por cidadãos da vizinha República da Zâmbia, tendo em conta que o parque faz fronteira com aquele país.

O responsável informou que apesar da área de conservação receber alguns drones com capacidade para o controlo

e fiscalização de sete quilómetros, sobretudo das zonas longínquas e de difícil acesso, não tem sido suficiente para combater os agressores ambientais.

Apesar dos crimes de agressão ambiental, referiu, o Parque Nacional do Luengue-Luiana tem estado a registar, nos últimos anos, o regresso de muitos animais, com realce para os elefantes e búfalos.

Veríssimo Fernando disse que, regularmente, o Parque Nacional do Luengue-Luiana tem recebido turistas nacionais e estrangeiros, com interesse em observar a biodiversidade da região angolana do Okavango e investir no sector do turismo. (J.A.)++++

UNAC-SA realiza em Outubro I Congresso Nacional das Artes.

O I Congresso Nacional das Artes vai ser realizado, na cidade de Luanda, nos dias 22 e 23 de Outubro do corrente ano, uma iniciativa da União Nacional dos Artistas e Compositores - Sociedade de Autores (UNAC-SA).

O anúncio foi feito, ontem, em Luanda, pelo presidente da Comissão Directiva da UNAC-SA, Zeca Moreno, durante uma conferência de imprensa, realizada no auditório do Royal Plaza Hotel (Talatona).

De acordo com Zeca Moreno, o Congresso, enquadrado nas celebrações dos 50 anos da Independência Nacional, a ser assinalado a 11 de Novembro, vai decorrer sob o lema “A cultura é a Nossa Identidade, A Arte a Nossa Força”. Durante o certame está prevista a reflexão e discussão em torno de temas centrais e transversais das artes.

O presidente da UNAC-SA avançou que mais de 400 delegados, das 21 províncias do país, vão reflectir sobre o papel

das artes em Angola, ao longo dos 50 anos da Independência, durante o Congresso, que vai contar igualmente com a participação de 200 convidados.

Zeca Moreno afirmou que o objectivo do Congresso é reunir instituições culturais de dimensão nacional, académicos, artistas, políticos, jornalistas e entidades eclesiais, para reflectir sobre o papel das artes em Angola.

O responsável e organizador do evento frisou que também se pretende analisar a implementação do Decreto Presidencial nº 15, de 11 de Janeiro de 2010, sobre a Política Cultural da República de Angola.

“As instituições artísticas desejam que existam políticas públicas que estimulem a arte de matriz angolana e africana, que acolham os fazedores de cultura, e que desencorajam a promiscuidade e a vulgaridade”, afirmou.

O Congresso vai contar com a participação de convidados internacionais, residentes no país e no exterior, e deverá culminar com a aprovação da Declaração de Luanda sobre as Artes.

O certame tem o apoio da Comissão Multisectorial do Governo, da União dos Escritores Angolanos, da Associação Nacional do Teatro, da Associação Nacional de Dança, da União Nacional dos Artistas Plásticos, da Comissão da Carreira Nacional dos Artistas e da Associação dos Profissionais de Cinema e Audiovisual.

O programa prevê a realização de oito painéis, que vão abordar temas como a “História, desafios, oportunidades e perspectivas para o sector Cultural, no domínio da música”, “Experiências e desafios sobre os direitos autorais e conexos”, “Estado do teatro angolano, constatações e perspectivas” e

“Dança como expressão cultural, académica, profissional e sua internacionalização”.

Entre os convidados constam a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), a Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) e a EGC de Cabo Verde.

Por sua vez, o produtor da Nova Energia, Yuri Simão, anunciou que o Congresso poderá ser acompanhado via live streaming, com a criação de um canal no YouTube para garantir o acesso ao público.

A UNAC-SA foi proclamada a 9 de Setembro de 1981, por artistas angolanos, da especialidade de Música, Teatro e Dança, estando no presente associados os Audiovisuais. Sendo uma entidade pública de gestão colectiva, foi criada com a finalidade do exercício e gestão dos Direitos de Autor e Conexos, de autores, artistas (intérpretes ou executantes) e produtores, estritamente ligados à música, dança, teatro e audiovisual. (J.A.)++++

“Dr. António Francisco Mateus Quino” é agora nome de escola no Bengo.

O Ministério da Educação atribuiu o nome do escritor e académico António Francisco Mateus Quino, “António Quino,” a uma escola secundária, localizada no município do Panguila, província do Bengo.

Trata-se do Colégio n.º 8019 do Bengo, que passa a designar-se Colégio n.º 8019 BGO – Dr. António Francisco Mateus Quino, nos termos do Despacho n.º 169/2025, de 16 de Julho, subscrito pela ministra da Educação.

Em nota de felicitações, o presidente da Academia Angolana de Letras (AAL), Paulo de Carvalho, em seu nome e no dos seus membros, expressou com distinto regozijo as suas

felicitações ao académico António Francisco Mateus Quino, por o Ministério da Educação ter decidido atribuir o seu nome a uma escola secundária, no município do Panguila.

Natural de Luanda (Calemba), onde nasceu no dia 3 de Agosto de 1971, o jornalista, escritor e crítico literário António Quino envolveu-se com as Letras e a cultura desde tenra idade, tendo sido co-fundador da Brigada Jovem de Literatura do Namibe.

Licenciado em Ciências da Educação pela Universidade Agostinho Neto, é também mestre em Ensino de Literatura em Língua Portuguesa pela Universidade Agostinho Neto e doutor em Estudos Literários pela Universidade do Minho (Portugal).

Docente desde 1992, o recém-homenageado trabalha até hoje no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Luanda). Também foi professor do ensino secundário, tendo chegado a assumir a função de director provincial da Educação, no Bengo.

Como jornalista, trabalhou no Jornal de Angola e nos jornais O País, O Chá e Folha 8, tendo integrado a nova geração de jornalistas que deu corpo à novel imprensa privada em Angola.

António Quino é membro do Colégio de Estudos Literários do ISCED de Luanda e membro da União dos Escritores Angolanos. Pelo trabalho realizado, no âmbito das Letras Angolanas, foi-lhe atribuída a honra de integrar o núcleo de membros fundadores da Academia Angolana de Letras, onde ocupa a Cadeira n.º 40.

Nessa Academia, ocupa pela segunda vez consecutiva o cargo de secretário-geral. É autor dos livros “Conversas de homens”, “Duas faces da esperança Agostinho Neto e António

Nobre” e “A República do vírus”; autor da antologia “Balada dos homens que sonham” e co-autor dos livros intitulados “Letras sobre as línguas de Angola” e “Letras sobre Agostinho Neto”, editados pela Academia Angolana de Letras. (J.A.)++++

Novo rei da comunidade Mbunda foi apresentado.

O município do Lumbala Nguimbo, província do Moxico, testemunhou, no sábado, a entronização e apresentação pública do Rei Mwene Mbandu V, num acto que contou com a presença de mais de 1.200 pessoas, entre convidados e membros da comunidade. (J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 25 de Setembro de 2025.